

Isonomia no Congresso é duvidosa

Depois da euforia provocada pela aprovação da isonomia salarial dos funcionários da Câmara dos Deputados com os do Senado, uma nova polêmica toma conta do Congresso: a disparidade entre os índices de reajuste para a execução dessa isonomia, que oscilam de 10 a 60%, cabendo os percentuais mais altos aos funcionários que têm em seus contracheques gratificações relativas a Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

Um grupo de funcionários que está disposto a recorrer à Justiça para impedir a aplicação desse ato da Mesa da Câmara, em vigor desde 26 de abril, assegura que os funcionários de nível médio — os que recebem os menores salários — terão reajuste variável de apenas 10 a 20%, e os de nível superior que não têm DAS não obterão índice superior a 30%.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, afirmou ontem ao *Jornal de Brasília* que a denúncia é "infundada". Ele explicou que o cálculo foi feito para cumprir o princípio da isonomia e não para aumentar linearmente os funcionários da Câmara. Ou seja, a controversa tabela tem o objetivo de equiparar a Gratificação Especial de Desempenho (GED) entre funcionários que exercem funções iguais ou semelhantes.

Disparidade

Os funcionários da Casa, no entanto, não concordam com a argumentação do diretor-geral e, com cópias de contracheques, comprovam que existe disparidade no percentual de reajuste, mesmo para os que têm DAS. Um dos exemplos apresentados é de um funcionário de nível superior com DAS-2 (o maior é cinco), que recebeu, no mês de abril, NCz\$ 2.020,00. De acordo com a tabela da Mesa da Câmara, ele receberá este mês o equivalente a NCz\$ 3.121,00, o que representa um aumento real de 55%. Um outro funcionário, que tem o mesmo tempo de Casa e também DAS-2, não terá a mesma sorte e será beneficiado com o aumento de 40,2%, passando seu salário de NCz\$ 2.665,00 para NCz\$ 3.737,87.

Outro funcionário, técnico legislativo, tem nível superior, mas não foi brindado pelo DAS. Ele terá que se contentar com o reajuste de 25,5%, no total de seu salário. Nesse caso, a remuneração passará de 1.186,64 para NCz\$ 1.492,42. A situação fica mais grave, porém, quando se analisa o caso de funcionários de nível médio, que possuem os salários mais baixos da Casa. Uma funcionária que já em 18 anos de carreira confessou que ficou assutada ao saber que a isonomia significará um aumento de 15,3% em seu contracheque. Ela afirmou que "tinha certeza que viria pelo menos 40%. Essa técnica legislativa de nível médio percebe hoje NCz\$ 1.164,00 brutos. Com aumento da GED em 178,40, terá no seu contracheque de maio o total de NCz\$ 1.342,00.

O diretor financeiro da Câmara, Willi Santo Andersen, garante que existe um "equivoco" por parte dos funcionários que contestam a tabela. Argumenta ele que foram utilizados os mesmos critérios existentes no Senado Federal. Salientou ainda que a disparidade não pode ser tão grande, porque foi estabelecido um fator de multiplicação inferior para aqueles que percebem maiores salários. De fato, a tabela estabelece o fator de multiplicação 2,4 para os que não têm DAS ou para os de nível médio, enquanto que os detentores de DAS têm fator de multiplicação 1,6. Andersen reconhece que o ato da mesa permite "índices variáveis", afirmando que eles "não ultrapassam de 40%". (Carmen Kozak)